

A análise do cenário político em que nos encontramos permite duas considerações. A primeira delas, a de que a Petrobrás foi o alvo das grandes empresas de petróleo que, coagindo o Estado brasileiro, orquestraram uma gigantesca operação de desmoralização e barateamento da empresa, o que culmina com a passiva entrega de grande parte de seu patrimônio. A segunda, a de que os casos de corrupção na empresa, patrimônio do povo brasileiro, foram explorados como simples meio de dar cabo ao mandato de Dilma e permitir a ascensão de um grupo político que, pelas urnas, não retornaria tão cedo ao poder.

Além dessas considerações, há ainda uma situação peculiar: recentemente, mudanças estruturais importantes têm sido observadas na educação brasileira ao mesmo tempo em que universidades e institutos federais se veem cercados de operações jurídico-policiais de investigação de corrupção, de quebra da autonomia universitária, e de desqualificação espalhafatosa das instituições por parte da grande mídia, num cenário bastante semelhante ao observado no início da Lava Jato.

Observando esse cenário, pode-se perguntar: tudo isso se faz em um movimento orquestrado? Haveria uma relação entre os ataques que a Petrobrás sofreu antes do golpe e o que acontece na Rede Federal de Educação atualmente?

Nossa análise sugere que sim. Vejamos.

Essas mudanças na educação, cujo início se dá pouco antes da chegada de Temer à presidência, envolvem a espinha dorsal do ensino público no Brasil, desde a educação básica, com destaque para o ensino médio, até o ensino superior, atingindo particularmente as universidades e institutos federais.

A um processo de aumento do investimento público no ensino privado que se inicia nos governos FHC por meio de investimentos via BNDES, promotor de forte aumento na oferta de vagas para o ensino superior, seguem-se, nos governos Lula e Dilma, o Prouni e FIES, impulsionadores da demanda, bem como crescimento no número de IES privadas de 684 para 2069, de 1998 a 2015. Esse aumento representa um salto de 60,2% do número de alunos na rede privada contra 32% na rede pública em 1998 para 72% na rede privada versus 27,5% na rede pública, em 2015. Ocorre que, a partir de 2016 acontece uma inflexão da relação do Estado com os grupos que passam a investir de modo agudo na **mercadorização** da educação brasileira.

Entendemos por **mercadorização** um processo de alteração organizativa e estrutural na educação brasileira de modo a torná-la uma mercadoria padronizada e de simples mecanismos de venda no mercado. Não é simplesmente a venda da educação nos moldes existentes, como se dá nas instituições de ensino privadas historicamente, mas mudá-la com o objetivo de vendê-la de maneira massiva e com altas taxas de lucro, quase como o processo que ocorre com as *commodities*, ou como mercadorias que são vendidas em escala industrial e de fácil distribuição no mercado, como os *fastfoods* (que parecem, mas

¹ Sindicalista, professor do IFMG.

² Sindicalista, professora do IFSC.

não são comida. São, na verdade, produtos simples de encaixotar e entregar para consumo rápido e quase sem nenhuma nutrição).

Essa inflexão se percebe por meio de alguns elementos que, analisados separadamente, não demonstram relação aparente entre si. Porém, essas relações estão cada vez mais visíveis. A percepção de que há um projeto em andamento, cujo objetivo é, ao fim, transferir para o grande capital toda a máquina da educação pública brasileira, com consequências gravíssimas, se dá à medida em que fatos começam a revelar suas interseções e coincidências. Entre alguns, escolhemos dois eventos que se revelam determinantes para a execução desse projeto: a reforma do Ensino Médio e os recentes ataques por parte da Justiça e Polícia Federal a institutos e universidades federais. Há outros bastante importantes como o documento publicado pelo Banco Mundial sobre a suposta ineficiência das universidades e o crescimento da “preocupação com educação” por parte de entidades patronais e do rentismo, como são o “Todos pela educação” ou as Fundações Itaú e Bradesco e sua frequente presença na elaboração de políticas para educação junto ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação.

Como se sabe, a reforma do ensino médio foi propagandeada pelo governo como algo que facilitaria a inserção dos jovens no mercado de trabalho e a possibilidade de escolha por parte do estudante por áreas e conteúdos com os quais melhor se identifica. Porém, a análise do documento deixa claro que o objetivo é a fragilização dos currículos e da já precária estrutura organizacional da escola básica brasileira. Esse quadro exige uma ponderação ainda mais profunda.

Alguns críticos têm defendido que essas mudanças são um retrocesso intencional, que diminuem o caráter propedêutico do ensino médio, reduzindo, assim, as chances dos alunos das classes populares de ascenderem à universidade por meio do ENEM; outros defendem que elas escondem a imposição das grandes corporações ao Estado a tarefa de forjar a força de trabalho necessária à acumulação de capital e, ainda pior, a constituição de uma massa excluída, impedida de impor resistência ao aumento da exploração advinda, especialmente, da nova legislação trabalhista.

Em que pese a força desses elementos, há um terceiro, a nosso ver, central, determinante na imposição dessa nova ordem, que é a sanha dos grandes grupos educacionais, formados a partir de fusões bilionárias e fortemente impulsionados pelos investimentos públicos no ensino superior nos últimos anos, através, principalmente, do Prouni e do Fies. Entre 2005 e 2013, aquisições e fusões de empresas de comércio de ensino superior movimentaram 27 bilhões de reais em 27 transações. Somente a fusão das gigantes Kroton e Anhanguera gerou uma mega empresa em ensino superior privado, a maior do mundo, de valor de 13 bilhões de reais.

Esses grupos voltaram-se, agora, à educação básica, querendo abocanhar boa parte do investimento estatal para esse setor, além de ampliar seus negócios sobre o ensino superior. A forma como pretendem fazer isso é o objeto central desse raciocínio. A fórmula do sucesso está escrita na lei da reforma do ensino médio. Vejamos.

O Art. 36 prevê que, *“para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante diversas formas de comprovação demonstração prática, ou ainda, atividades de educação técnica*

oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas, cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais, estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras”.

A possibilidade de se reconhecerem as competências por meio de comprovação prática ou atividades oferecidas por outras instituições é o caminho para que esses grandes grupos se tornem os grandes ofertantes de módulos encaixotados em cursos, presenciais ou à distância, que garantirão a complementação da carga horária necessária para a conclusão do curso, sendo que dispensam a obrigatoriedade de docentes na mediação do ensino, permitindo instrutores ou tutores (a própria reforma já permite que os estudos referentes à parte técnica não exijam professores formados).

Some-se a isso o novo Programa Nacional do Livro Didático, que possibilita a compra de outros objetos educacionais, como softwares, e, principalmente, módulos de aprendizagem ou de estudos dirigidos, com cargas horárias diversas que poderão ser comprados em grande escala pelos governos, garantindo os lucros dessas empresas, mas sem nenhuma garantia de qualidade.

Mas, para uma escola ‘caber’ em caixinhas de conteúdos em formato digital, oferecidas por pessoas e instituições de notório saber, é preciso uma escola de pouca crítica. Ou nenhuma. É nesse viés que nos últimos meses tem se verificado a ascensão abrupta do movimento Escola Sem Partido. Trata-se de uma estratégia pontual e precisa. Compõe ainda esse quadro o fato de que os professores que restarem não terão efetivados os seus direitos, deverão ser pagos por jornada intermitente, passando por avaliações de cunho investigativo, exigindo deles adequação e enquadramento a um trabalho meramente técnico e reprodutor. Na mesma esteira, está em discussão também o ENAMEBE (Exame Nacional do Magistério da Educação Básica – PL 6115/09), e cumpre função importante a PEC 116, que abre a possibilidade de demissão por desempenho (avaliada pelas chefias, no caso do servidor público) e os projetos de lei que tramitam de regulamentação (leia-se proibição) da greve no serviço público.

Esses aspectos vistos até aqui cruzam-se entre si, associados ainda a mais algumas linhas de ação.

A primeira delas gira em torno do fato de que, segundo o censo escolar 2016, até este ano havia aproximadamente 7 milhões de alunos matriculados no EM, enquanto, neste momento, há cerca de 10 milhões de jovens entre 15 e 19 anos, dados que revelam o grande número de jovens fora da escola, com o ensino médio incompleto. Isso sem contar os milhões que não terminaram o ensino médio na faixa etária devida e também fazem parte desse mercado potencial.

Enquanto isso, a previsão orçamentária do MEC até 2019 registrava uma aporte de cerca de 2 mil reais por aluno, por ano, para alunos no ensino médio integral (modelo proposto na Reforma do Ensino Médio), além do aumento de 6,5 para 13% de alunos matriculados nessa modalidade. No entanto, o próprio MEC admite que esses 2 mil reais são insuficientes para manter o aluno no mínimo três horas a mais por dia na escola.

A emenda constitucional 95, que estabelece o teto dos gastos públicos, está em vigor, de modo que somente o reajuste da inflação é permitido, mas, como é um reajuste global, sabemos (e já estamos vivenciando) que o investimento na educação pública diminui e

diminuirá de maneira ainda mais profunda em pequeno intervalo de tempo. Por outro lado, a mesma emenda não determina restrições de investimento público em empresas estatais de capital não dependente, e várias fundações públicas podem vir a se encaixar nesse perfil.

Vale ressaltar que escola integral precisa de muitas novas salas, a menos que houvesse salas ociosas. Mas não há. Além disso, a demanda exige a contratação de um grande número de professores para garantir o aumento da carga horária prevista, mas, novamente, o teto dos gastos vai impedir novas contratações e novos concursos.

Essas informações desenham um problema cuja solução só pode se dar pela aquisição e contratação de serviços mais baratos que os temos no atual ensino médio.

Bingo.

Voltemos à lei: *“para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante diversas formas de comprovação demonstração prática, ou ainda, atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas, cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeira”*

Não é difícil supor que as gigantes do ensino privado no Brasil estão prontas para atender a esse imenso desafio de cumprir as exigências do novo ensino médio. Esses grupos, que vêm desenvolvendo grande experiência em ensino à distância e o desenvolvimento de ferramentas educacionais virtuais, vão receber de bandeja uma mercado potencial de 10 milhões de estudantes (aproximadamente quatro vezes mais do que eles já têm no mercado do ensino superior). Esse percurso nos leva obrigatoriamente a pensar que o ensino fundamental está também na mira desses interesses. Demanda e receita garantidas. Ou, em referência ao Ensino superior, mas completamente aplicáveis ao ensino médio, nas palavras de Luiz Filgueiras, Uallace Moreira e Graça Druck da UFBA, “Não há riscos para o investimento nem a possibilidade de descasamento entre oferta e demanda: a compra da mercadoria-ensino também está garantida antecipadamente pelo Estado.”

A demanda está ainda mais garantida com a propaganda ilusória de que, uma vez desempregado, o que o cidadão tem que fazer é incrementar sua formação escolar. A grande mídia tem atuado vivamente neste cenário. Vários programas de rádio e TV trazem frequentemente ‘especialistas em carreiras’ que reforçam insistentemente a importância dos cursos de capacitação para que a pessoa tenha maiores chances no mercado de trabalho. A palavra empregabilidade se tornou corrente nos últimos tempos, sempre associada à formação da pessoa, como se voltar a trabalhar fosse uma responsabilidade exclusivamente individual (o que se acopla perfeitamente a um discurso de meritocracia) e não uma consequência das políticas de desenvolvimento da economia, reponsabilidade do Estado e da atual forma sócio metabólica do capital.

A segunda linha de ação desse projeto em curso está baseada nas ações orquestradas por meio de operações de suposto combate à corrupção e desvios de dinheiro público na rede federal de educação por todo o país. Em conjunto, Tribunal de Contas, Ministério Público Federal, Justiça Federal e Polícia Federal têm investido contra essas instituições federais em todo país, promovendo, de modo bem semelhante ao que se viu nos últimos anos com a operação Lava Jato, um espetáculo midiático repleto de ilegalidades e imposturas jurídicas

que atacam a autonomia acadêmica e universitária e a credibilidade dessas instituições. Investigações imprecisas, outras em andamento fora dos preceitos legais, abusos explícitos de autoridade e poder, exposição pública de docentes, reitores e diretores de campus em todo o Brasil expõem a tentativa clara de influenciar a opinião pública contra pessoas e instituições.

Acrescenta-se a essa campanha o documento de “estudos” do Banco Mundial, que distorce dados e maquia números para provar a suposta ineficiência e a perdularidade das universidades e institutos federais, sugerindo a cobrança de mensalidades como solução.

O último passo para que essas gigantes se apossessem também do ensino superior público e de todo o ensino médio já foi dado. A sequência é similar ao que vimos acima: teto dos gastos, necessidade de barateamento dos custos, demanda garantida. Porém, o nível de crítica e capacidade de resistência nos institutos e universidades é imenso. Assim, é preciso dinamitar a imagem de credibilidade e respeitabilidade que essas instituições construíram ao longo do tempo, contrapor (ou simplesmente não divulgar) as avaliações que colocam as universidades públicas como as de melhor qualidade, desmoralizar instituições respeitadas passando para opinião pública uma imagem desgastada, podre, que o Estado não dá conta de gerir com retorno social, universidades comparadas com a política.

Durante a ditadura civil militar de 1964 – 1985, foi possível perceber que especialmente as universidades públicas foram centros importantes de resistência de massa contra aquele desgoverno, e o número de estudantes e trabalhadores dessas instituições, docentes ou não, atacados diretamente pelos atos de exceção, com perda de emprego e exílio, prisões e torturas, assassinatos e desaparecimentos é enorme. Assim, a Constituição Cidadã de 1988 criou mecanismos de defesa dessas instituições para impedir que novos ataques, característicos de Estados de exceção, se constituíssem. O principal deles foi a instituição constitucional da autonomia universitária, que vem sendo desrespeitado cotidianamente pelo judiciário, braço fundamental nessa inflexão que vimos aqui.

Sendo assim, tal como na operação Lava Jato, em que a Petrobrás se tornou alvo das gigantes petrolíferas e, concomitantemente, meio para a consecução do golpe que tirou Dilma do poder, a rede federal de educação se transformou em alvo do grande capital e, ao mesmo tempo, o caminho para se desarticular um importante nicho de resistência ideológica e mobilizatória a esse golpe contínuo que vimos sofrendo. O sucesso obtido com os ataques jurídico-midiáticos à Petrobras, que culminaram com a entrega de dois trilhões de reais às grandes petrolíferas estrangeiras, mostra claramente como essa tática está sendo reeditada para que gigantes do ensino privado se apossessem da rede federal de educação. Assim, é urgente que trabalhadores e estudantes fortaleçam suas entidades de classe, seus sindicatos, diretórios e uniões estudantis e todas as outras entidades. A população está sendo iludida e amortecida por uma propaganda poderosa, enganosa e perversa. É preciso reverter os efeitos dessa propaganda, criando mecanismos de informação e formação política a todos os fóruns, todos os espaços possíveis, físicos e virtuais. Somente a partir da consciência de que estamos sendo submetidos a um duro ataque, pelo qual o grande capital aumenta sua sanha sobre o Estado Brasileiro, teremos condições de agir de forma contundente para a resistência e reversão desse processo.